

TRADIÇÃO NARRATIVA E AÇÃO COTIDIANA NA EXPLICITAÇÃO DE ATOS DE FALA EM NARRATIVAS DE ESCOLARES

Lourenço Chacon JURADO FILHO¹

- RESUMO: Discutem-se condições nas quais se dá a explicitação de atos de fala em narrativas produzidas por alunos de 5ª série do 1º grau. Além disso, apresentam-se sugestões para o trabalho com atos de fala em narrativas.
- UNITERMOS: Ensino de língua materna; lingüística aplicada; atos de fala; narrativa.

A questão

Muito freqüentes em narrativas escolares são as trocas de falas entre personagens. Por vezes, tais trocas desenvolvem-se quase como tentativas de reprodução direta de situações reais de fala. O mais comum, no entanto, é que sejam conduzidas pelo narrador, que se mostra ora introduzindo, ora retomando as falas das personagens.

De modo geral, introduções e retomadas circunstancializam ações das personagens, apontando algumas vezes para elementos do cenário no qual se desenvolvem tais ações ou para atributos das personagens a partir dos quais é possível caracterizá-las. Mas o que mais fazem tais introduções e retomadas nas narrativas escolares é designarem a natureza das ações verbais que estão sendo realizadas pelas personagens.

O procedimento mais comum por meio do qual se designa a natureza desse tipo de ação é o de nomeá-la com verbos como *falar* e *dizer* ou, em menor escala, com verbos como *perguntar* e *responder*, relacionados de algum modo ao nome da personagem que executa as ações verbais. É o que nos mostram os seguintes exemplos, retirados do *corpus* com o qual trabalharemos²:

1. Departamento de Fonoaudiologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – Marília – SP.

2. Esses trechos de narrativas, bem como os demais que retiraremos de nosso *corpus* para ilustrarem aspectos da análise, serão transcritos com as falhas ortográficas e de pontuação com que foram originalmente escritos.

- (1) "A cobra falou:
- Chega mais perto de mim, seu sapo! Parece que está com medo de mim!"
- (2) "- Olá, garoto! - disse uma velha."
- (3) "Uma idosa mulher lhe perguntou:
- Você está sozinho, menino!
- Sim estou! - respondeu o menino."

Esse procedimento se verifica sobretudo em narrativas de estudantes de 3ª a 5ª séries do 1º grau. Dada sua larga ocorrência, pareceu-nos uma questão digna de observação, principalmente se levarmos em conta o que a designação de ações verbais por um narrador pode revelar acerca da dimensão pragmática da linguagem e acerca da construção de textos narrativos.

É de tais questões que nos ocuparemos ao longo deste trabalho, ao analisarmos textos que recolhemos por ocasião de nossa experiência como professor de Português em escolas da rede pública de 1º e 2º graus. Tendo sido maior essa experiência com textos narrativos de estudantes de 5ª série do 1º grau, é especialmente sobre esses textos que faremos nossas considerações.

O enfoque

Estudar a designação que o narrador faz de personagens pressupõe que busquemos o que ocorre de palavras. É em Austin (1990) que nos basearemos para respondermos a essa busca.

O papel do narrador na designação dos atos das personagens será abordado a partir das considerações, sobre o discurso citado, propostas por Bakhtin (1979), sem, no entanto, perdermos de vista a teoria dos atos de fala de Austin (1990) no que diz respeito à explicitação desses atos. Nessa confluência teórica é que procuraremos abordar as atitudes do narrador em relação ao que é narrado.

Contribuições de diferentes campos teóricos, como considerações que Todorov (apud Barthes, 1976), Ricoeur (1980) e Veyne (1983) fazem sobre a narrativa, estarão também fortemente presentes na abordagem que faremos da designação das ações verbais pelo narrador no interior da narrativa que ele conduz.

A análise

Ao tratar das relações entre questões de sintaxe e questões de enunciação, Bakhtin classifica o fenômeno linguístico do discurso citado como um dos fenômenos que mais se prestam à observação de tais relações. Caracterizam o discurso citado, segundo esse autor, "os esquemas linguísticos (discurso direto, discurso indireto,

discurso indireto livre), as modificações desses esquemas e as variantes dessas modificações que encontramos na língua, e que servem para a transmissão das enunciações de outrem num contexto monológico coerente" (1979, p. 128).

Encontramos nessas palavras de Bakhtin o ponto de partida para a compreensão teórica da questão de linguagem que nos ocupa neste trabalho, qual seja, a questão das ações verbais feitas por personagens de narrativas escolares e a designação da natureza dessas ações por um narrador. Em outras palavras, é no "fenômeno de transmissão da palavra de outrem" (p. 128), em contexto narrativo, que situaremos nosso objeto de análise.

Para entendermos, porém, de que modo se dá a transmissão de palavras em uma narrativa, baseados na idéia de que "a fala dos personagens (...) goza de um estatuto particular" na medida em que se relaciona, "como toda fala, à realidade designada, mas representa igualmente um ato, o ato de articular esta frase" (Todorov, apud Barthes, 1976, p. 241), vamos buscar o que estaria envolvido no próprio ato de se articular uma frase, ou, dito de outra forma, vamos buscar o que representa o ato de se dizer alguma coisa. É em Austin que nos basearemos para respondermos a tal questão.

Para esse filósofo da linguagem, num primeiro sentido, dizer alguma coisa é executar um ato locucionário, ou seja, produzir sons de um certo tipo, pertencentes a palavras ou a construções que se conformam a uma gramática específica, empregadas com um sentido mais ou menos determinado e com uma referência mais ou menos definida. Mas, num segundo sentido, dizer alguma coisa é produzir também um ato ilocucionário; e aqui o que está sendo considerado são as diferentes maneiras pelas quais se empregam as locuções, tais como perguntar ou responder a perguntas, dar informações ou fazer advertências, marcar compromissos ou fazer críticas etc. (cf. Austin, 1990, p. 83-8).

Desse modo, em contexto de narrativas escolares escritas, a palavra de outrem, na medida em que parece reproduzir os usos ordinários da linguagem, pode ser considerada como realizando ações verbais tais como: perguntar, responder, ameaçar, alertar, ordenar etc. É o que se pode ver, por exemplo, nas seguintes falas de personagens:

- (4) "- Quem é esse aí, Carioca?
- É meu amigo, o Changu!"
- (5) "- Essa raposa nojenta ainda vai dançar na minha mão!"
- (6) "- Aí, pessoal! Dois entusos na nossa festa, peguem eles!"

As falas das personagens, nos textos em análise, costumam realizar as ações verbais tanto sob a forma do que Austin (1990) chama de performativo primário quanto sob a forma do que chama de performativo explícito³. Sobre as diferenças entre essas

3. Por performativos devem-se entender, de acordo com Austin, proferimentos ou sentenças cuja enunciação por pessoas apropriadas em circunstâncias apropriadas realiza uma ação.

duas formas de proferimento, o mesmo autor destaca que "as formas primitivas ou primárias dos proferimentos conservam (...) a 'ambigüidade', ou 'equivoco', ou o 'caráter vago' da linguagem primitiva", sem tornar "explícita a força exata do proferimento" (p. 69), ao passo que as formas explícitas esclarecem "como se deve entender o que foi dito" (p. 68) ou manifestam "qual é a ação precisa que foi realizada ao proferir-se a expressão" (p. 62).

Um exemplo de ação verbal realizada por performativo primário, nos textos em análise, seria, por exemplo:

(7) "– Olha aqui, sapo, ou você pára de rir do meu corpo porque ele é reto, ou o caso engrossa!"

que pode ser entendida com a força ilocucionária⁴ de uma ameaça.

Exemplo de ação verbal realizada por performativo explícito seria:

(8) "– (...) eu prometo que reparto com você."

cuja força ilocucionária de promessa é explicitada no próprio enunciado performativo.

Embora, nos textos, ocorram ações verbais realizadas, na fala das personagens, por performativos explícitos, a regra é que tais ações sejam feitas por performativos primários⁵. Mas essa presença mais freqüente de performativos primários não impede que sejam explicitados os sentidos com os quais essas ações devem ser entendidas, já que, em sua transmissão sob a forma de "palavra de outrem", a força ilocucionária com que ocorrem é, via de regra, explicitada.

Na medida em que, na transmissão das ações verbais sob forma de "palavra de outrem", dá-se a explicitação de sua força ilocucionária, nosso interesse se voltará, então, para o modo pelo qual se transmite a "palavra de outrem", ou, em nosso caso específico, para o modo pelo qual se transmitem os atos de fala.

Em se tratando de narrativas, cabe ao narrador fazer essa transmissão. Em outras palavras, há na narrativa essa figura a quem cabe a organização, dentre outras coisas, das falas das personagens. Dado que, na narrativa, até mesmo a repetição dessas falas (procedimento que se pode entender como o do discurso direto) é obra do narrador, no sentido de que o narrador "faz falarem" as personagens, a transmissão de um ato de fala muitas vezes se acompanha de uma apreciação desse ato, apreciação que corresponde – no que nos interessa – à explicitação da força desse ato pelo narrador.

4. Força ilocucionária, na formulação relatada por Austin, é "a maneira e o sentido em que estávamos 'usando' a fala (...). Faz uma grande diferença saber se estávamos advertindo ou simplesmente sugerindo, ou, na realidade, ordenando; se estávamos estritamente prometendo ou apenas anunciando uma vaga intenção, e assim por diante" (Austin, 1990, p. 88). Ou seja, a força ilocucionária de um performativo é o valor que ele adquire ao ser proferido, é o sentido com o qual "o ato deve ser considerado ou entendido" (p. 68).

5. Essa tendência acompanha de muito perto a tendência que se verifica nos usos cotidianos da linguagem, fonte principal de inspiração das falas das personagens nos textos em estudo.

Essa atitude de interpretação, na verdade esse salto do narrador em relação à fala de suas personagens, parece manifestar o que Veyne chama de "apetite de inteligibilidade", atitude pela qual se marca um distanciamento entre o narrado e a narração. Esse distanciamento parece caracterizar o que o mesmo autor entende como uma postura mais "conceitual", mais de "se entregar a esta fadiga do intelecto, comparável ao esforço da visão" (1983, p. 21), que o narrador pode assumir em relação ao que é narrado.

A atitude de interpretação característica do narrador poderia também ser explicada a partir de considerações que Austin (1990) faz sobre os performativos explícitos. Para esse autor, uma explicação plausível para o surgimento de performativos explícitos (e, a nosso ver, para o surgimento dos vários recursos interpretativos) na linguagem é que "a sofisticação e o desenvolvimento de formas e procedimentos sociais exigem clarificação". Sobre essa clarificação, Austin destaca que é "um ato tão criativo quanto uma descoberta ou uma descrição" e que se trata "tanto de estabelecer distinções claras, quanto de tornar claras distinções já existentes" (p. 69).

Do que precede, pode-se deduzir que a transmissão da palavra de outrem é, antes de mais nada, a manifestação do enfoque próprio do narrador relativamente às ações verbais das personagens. Mais precisamente, é nesse sentido que se poderia entender a explicitação de atos pelo narrador como avaliação mesma que este faz sobre ações verbais das personagens, avaliação que resulta da atitude de distanciamento entre a instância da narração e a do narrado no sentido em que o narrador dá visibilidade a este último⁶.

Uma primeira parada: até aqui vimos que, fruto do distanciamento entre a instância da narração e a instância do narrado, a atitude que o narrador toma ao explicitar a força ilocucionária dos atos de fala feitos pelas personagens é fundamentalmente avaliativa, interpretativa.

Interessa-nos agora detectar os elementos a partir dos quais o narrador pode postular interpretações para as ações verbais realizadas pelas personagens.

Certas marcas lingüísticas presentes nos performativos podem fornecer algumas pistas. Em uma fala como "Fique quieto!", por exemplo, o imperativo pode sugerir uma interpretação como ordem, talvez como pedido ou mesmo como súplica, porém, dificilmente como pergunta ou como anúncio de veredito. Mas certamente as marcas lingüísticas dos atos de fala não bastam para que seja possível interpretá-los, o que demanda o recurso a outras fontes de informações.

Bakhtin (1979) parece propor uma delas ao falar em "transmissão das enunciações de outrem num *contexto monológico coerente*" (p. 128, grifo nosso).

6. Não se deve deduzir, do que vimos dizendo, que o distanciamento entre a instância da narração e a instância do narrado impeça o narrador de se identificar com a perspectiva das personagens que conduz. Apenas estamos querendo dizer que sua identificação ou não com a perspectiva das personagens deve ser vista como produto de uma apreciação que ele faz sobre as personagens. Não se deve esquecer que a própria voz dessas personagens é colocada na narração pelo narrador.

A idéia de um "contexto monológico cóerente" remete, a nosso ver, à idéia do todo organizado de um texto no qual as diferentes vozes que dele participam submetem-se à voz organizadora de uma figura textual. O resultado concreto dessa organização de vozes, no caso que nos ocupa, é o texto narrativo, no qual as vozes (assim como todos os demais elementos que compõem uma narrativa, tais como ações, personagens etc.) são organizadas pela figura textual do narrador.

Compreender a natureza do texto narrativo pressupõe compreender, antes de mais nada, que qualquer narrativa, de ficção ou não, conjuga o que Ricoeur (apud Tiffenau, p. 41) chama de "uma dimensão seqüencial e uma dimensão configurativa". Na narrativa não se trata, pois, de fatos isolados mas de fatos que estão interligados numa seqüência lógico-temporal e que recebem uma organização configurativa, não necessariamente cronológica. Assim, o resgate de uma personagem numa floresta, por exemplo, não se pode dar sem que "lógico-temporalmente" tal personagem tenha se perdido, tenha sido abandonada ou tenha sofrido um acidente nessa floresta; o que não significa que, na configuração desses fatos sob forma narrativa, eles tenham que obedecer necessariamente à seqüência lógico-temporal que os torna interligados.

O que se está falando sobre fatos é igualmente válido para atos de fala (ou ações verbais). O exemplo (4) de nossa análise:

"- Quem é esse aí, Carioca?
- É meu amigo, o Changu!"

mostra claramente que o segundo ato só pode ser entendido como resposta se for, numa seqüenciação, necessariamente precedido por outro ato que tenha valor de pergunta, ou de solicitação de informação. Mas, analogamente ao que dissemos sobre os fatos da narrativa, as ações verbais não necessariamente devem, em sua dimensão configurativa, obedecer a essa seqüenciação lógico-temporal, já que se poderia, por exemplo, dispô-las como se segue:

"- É meu amigo, o Changu!" - respondeu Carioca ao ser-lhe perguntado sobre quem era a pessoa que o acompanhava.

Sobre as ações verbais, teríamos ainda a acrescentar que elas podem interligar-se, na dimensão seqüencial da narrativa, não apenas a ações verbais de personagens, mas também a ações ou eventos de outra natureza. A ação verbal:

(9) "- Lá vem ele, lá vem ele!"

é interpretada pelo narrador, no texto de onde foi extraída, como comentário. Tal interpretação encontra sua justificativa (no que diz respeito a um enfoque, por assim dizer, mais estrutural da narrativa) no fato de que a ação interpretada está seqüencialmente ligada a uma série de eventos que colocam a personagem a que se refere a ação verbal como alvo da curiosidade alheia:

(10) "A gravata de Nonô

Nonô era um elefante cheio de amor. Seu amor era do tamanho de um elefante para a elefantinha Nini. Ela gostava muito de Nonô e resolveu comprar-lhe uma gravata borboleta com bolas vermelhas. O elefante não ficou muito contente com o presente, sentia-se envergonhado. Quando saía na rua, todo mundo comentava:

- Lá vem ele, lá vem ele!"

Pode-se desde já concluir que, numa primeira instância, a interpretação que o narrador faz dos atos de fala das personagens é fruto da própria construção da narrativa. A construção da narrativa, por sua vez, é resultado de um conjunto de acontecimentos (envolvendo personagens, ações, tempo, cenário etc.) considerados como uma totalidade, num texto que tem a forma de uma história (de acordo com Ricoeur, apud Tiffenau, 1980, p. 52-3).

Nesse sentido, as produções narrativas devem ser observadas a partir de sua macrototalidade, de onde se caminha para a detecção de totalidades menores (que se poderiam entender como cenas narrativas) e finalmente para a detecção e interpretação de eventos tomados isoladamente, como as ações verbais.

Tomemos, por exemplo, uma ação verbal como:

(11) "- Afinal quem é que está me chamando? Tá pensando que eu estou aqui pra brincar de esconde-esconde, é? Apareça de uma vez e não amole!"

Para que se possa entender esse complexo ato de fala como um evento dotado de sentido, como algo individuado, e para que se possa interpretá-lo como um esbravejamento - a exemplo do que faz o narrador -, é preciso observá-lo na construção narrativa da qual ele faz parte; se não na narrativa inteira, pelo menos na cena da qual diretamente foi extraído:

(12) "Chegou então [a] um lago chamado lago azul. Estava muito distraída procurando seu lanche, quando ouviu uma voz:

- Psiu!

Olhou em volta e não viu nada.

Dali um pouco, ouviu de novo.

- Psiu, pererequinha!

Olhou, olhou e não tinha ninguém. Aí ela ficou brava:

- Afinal quem é que está me chamando? Tá pensando que eu estou aqui pra brincar de esconde-esconde, é? Apareça de uma vez e não amole!

- Sou eu, pererequinha.

- Eu quem

- Sou eu, o lago azul!

A perereca se espantou.

Um lago falante!"

Pelo que se pode observar, a interpretação do ato pressupõe que, dentro de determinada totalidade, sejam entendidas as direções (de sentido) particulares que

orientam a sucessão de ações, pensamentos e sentimentos das personagens. Dado que tal sucessividade cria "expectativas relativas à motivação e à conclusão do processo inteiro" (Ricoeur, apud Tiffenau, 1980, p. 11), a explicitação dos atos deve, antes de mais nada, responder a tais expectativas no sentido de serem, mais do que previsíveis, aceitáveis. O movimento que possibilitará a aceitabilidade das explicitações será, pois, antes de tudo retrospectivo: da conclusão, enquanto "pólo de atração do processo inteiro" para os episódios que constituem a cadeia da narração.

Mas tornar individuado⁷ um ato de fala em um "processo inteiro" não garante que se possa explicitá-lo de modo unívoco. Não há uma única interpretação possível para as ações verbais.

No último exemplo, o ato de fala complexo que destacamos recebeu do narrador a interpretação de esbravejamento, talvez baseada na irritação que a personagem pererequinha pudesse estar sentindo por não conseguir localizar quem a chamava.

Se o narrador quisesse enfatizar, por exemplo, algum traço característico da emissão sonora⁸ da personagem, considerando talvez que uma possível irritação da personagem pudesse se expressar através do aumento de intensidade de sua fala, a ação verbal poderia ser interpretada como "gritou". Contudo, "gritou" poderia ser entendido como "ameaçou", de tal modo que se estaria marcando com aquele verbo não apenas a intensidade com que foi feita a ação verbal mas, também, uma certa interpretação dessa ação. A condução da narrativa pode possibilitar, portanto, qualquer uma dessas interpretações (e muitas outras), contanto que obedeçam às direções de sentido propostas pelo narrador.

Desse modo, a interpretação de cada ato é determinada pela construção geral do texto – o que equivale a dizer que não há interpretação do ato em si mesmo. Assim, é no jogo entre uma organização lógico-temporal de eventos de diversas naturezas (tais como personagens, ações, cenário etc.) e sua configuração sob forma de texto narrativo que se podem localizar tanto o papel que os atos de fala das personagens têm na história quanto a interpretação que o narrador pode fazer desses atos com vistas à condução e à própria finalização da narrativa.

* * *

Uma segunda parada: até aqui vimos que é o recurso às regras próprias de composição do texto narrativo⁹ (ou, em outros termos, o recurso à sua construção) que possibilita, de modo mais seguro, a interpretação dos atos de fala feitos pelas personagens – e, por extensão, a atribuição de sua importância e significação para o todo em relação ao qual tais atos tornaram-se individuados.

7. A idéia de individuação dos atos de fala apóia-se em Veyne, para quem "o individual e o geral não existem objetivamente (...) não há, absolutamente, indivíduos, mas apenas individuados em relação a um certo nível adotado" (1983, p. 53).

8. Em geral, os traços característicos da emissão sonora são deixados de lado ou vistos como não-relevantes para a explicitação de atos de personagens que é feita pelo narrador em narrativas escolares.

9. Regras que os formalistas acreditavam internas ao texto.

Mas qualquer que seja o gênero textual (e aqui se inclua, obviamente, o narrativo), ele “não é apenas um conjunto de propriedades textuais, pois estas últimas estão ligadas a condições de enunciação de diferentes ordens” (Maingueneau, 1989, p. 102), condições que, em se tratando do gênero narrativo, podem ser atribuídas ao que Ricoeur (apud Tiffenau, 1980, p. 44) chama de “tradição narrativa”. Assim, é a uma tradição narrativa que cabe remeter um texto narrativo para que se possa falar de suas partes.

Na medida em que se fala de uma tradição, pode-se pensar em termos de convencionalização dos processos narrativos e em termos da sedimentação dessas convenções¹⁰. As constantes, as generalizações que se podem verificar nos textos narrativos, estariam, assim, obedecendo a procedimentos convencionalizados, ou mesmo sedimentados, que constroem e reconstroem a todo momento a atividade narrativa. Promovem, a nosso ver, essa construção/reconstrução tanto a remissão do texto narrativo àquilo que Ricoeur chama de “tradição narrativa” quanto a relação intrínseca que se dá entre a prática da narrativa e um outro tipo de prática, a que genericamente poderíamos designar como a da ação cotidiana.

Observemos, a propósito, o texto abaixo:

(13) A bicharada

Era uma vez uma enorme floresta cheia de bichos muito felizes.

A bicharada estava fazendo uma excursão para outra floresta.

Na outra floresta estava tudo bem, mas na floresta onde eles moravam estava tudo em chamas.

Quando a bicharada voltou, foi a maior tristeza! Tudo era só cinza, não tinham mais frutinhas silvestres, nem insetos p/ comerem. Foi quando D. Raposa teve uma idéia:

– Vamos começar tudo de novo!

Os passarinhos poderiam sair à procurar sementes, enquanto afofamos a terra.

O tatu estava chorando sem parar com a mão nos olhos.

Os pássaros voltaram com as sementes! Todos plantaram e cada um tinha uma árvore, para cuidar e molhar.

Assim passou um ano, a primavera chegou e a floresta estava novamente feliz e D. Raposa foi falar com o tatu:

– Olhe, seu tatu! Que beleza de floresta!

– Não posso nem ver! É de cortar o coração! – disse o tatu chorando – A floresta está só em cinzas!

– Ah! Ah! Ah! Seu tatu! Faz um ano que o senhor está chorando sem parar. E não viu quanto a floresta mudou!

– Eu vou olhar, mas estou com medo de me decepcionar de novo!

– Não tenha medo! Vamos! Tire a mão dos olhos! – disse ela.

– Que maravilha está a nossa mata – disse ele – merece até uma grande festa, de comemoração! Ah! Ah!

E a selva voltou a ser feliz.

10. De acordo com Frye (apud Ricoeur, apud Tiffenau, 1980, p. 45), ao tratar da convencionalização da arte e da sedimentação dessas convenções.

No que se refere a sua remissão à tradição narrativa, trata-se de uma história, composta de episódios que se ligam a personagens, a ações, a cenários etc. Essa tradição, ao mesmo tempo em que serve de suporte para a produção da narrativa, fornecendo as condições para que o texto seja produzido sob forma de narrativa (e não como um texto de outro gênero), é retroalimentada pela produção desse texto.

Do mesmo modo, no que se refere à relação entre a prática da narrativa e a da ação cotidiana, independentemente do fato de que no texto destacado as personagens sejam animais, as ações que fazem – e aqui há de se realçar o fato de que sempre lhes são atribuídas ações verbais – são aquelas da vida cotidiana dos humanos (ou do que se supõe como o cotidiano dos animais, de qualquer forma inspirado no cotidiano dos homens).

Assim, tanto a individuação de um ato de fala quanto sua interpretação devem ser buscadas, em última instância, na recuperação dos processos de produção do texto narrativo; é, portanto, na remissão do texto à tradição narrativa e na relação entre a prática da narrativa e a ação cotidiana que se devem buscar as fontes para a individuação e para a interpretação de qualquer uma de suas partes.

Transmitir, pois, a “palavra de outrem num contexto monológico coerente”, ou seja, organizar diferentes vozes sob forma de texto narrativo, pressupõe o reconhecimento de que o desdobramento de uma história, longe de obedecer apenas a uma seqüenciação lógico-temporal de eventos que se configuram como narrativa, obedece acima de tudo a um princípio que organiza o próprio modo ou a própria possibilidade de se configurarem eventos vistos como “lógico-temporalmente” organizados. Em outras palavras, e retomando aquilo a que Mainueneau (1989, p. 102) se refere como “condições de enunciação de diferentes ordens”, em última instância é a obediência a determinadas condições de enunciação, condições de certo modo bastante conhecidas no uso cotidiano da língua e que caracterizam o processo que é conhecido como o de narrar, que possibilitará a construção de um produto final desse processo: o texto narrativo.

Pode-se, então, pensar que um certo tipo de saber, um saber “implícito”, “prévio”, orienta a narração, no que se refere tanto a sua produção quanto a sua condução por um narrador. Do ponto de vista do que mais especificamente nos ocupa – a interpretação das ações verbais das personagens pelo narrador –, compreender tais ações é reconhecer em seu percurso o que Veyne (1983, p. 37) entende como o “instinto seguro” que as conduz e ao qual, a nosso ver, a figura textual deve-se apegar para interpretá-las.

Esse reconhecimento parece se dar na medida em que o narrado se assemelha ao vivido em outro nível: o da própria trajetória humana, tanto no que Veyne (p. 37) destaca como seus aspectos mais “grandiosos”, mais “transcendentais”, quanto em seus aspectos mais cotidianos – que parecem compor a base fundamental sobre a qual se sustentam as narrativas que vimos estudando. Estaria aí o “instinto seguro” que orienta o narrador e no qual o produtor real do texto (e criador dessa figura textual que é o narrador) se reconhece por vivê-lo ou tê-lo vivido de algum modo, como vive o narrador.

Assim, qualquer interpretação de atos de fala deve ser entendida, de um lado, como expansão, como salto qualitativo do narrador em relação a elementos contidos em e organizados sob forma de história e, de outro, deve-se basear na experiência vivida do produtor real do texto e na experiência que ele tem de exercer a atividade enunciativa de construir textos narrativos. Em síntese, a interpretação deve ser extraída do vivido, além de “tecida no tecido narrativo” (Ricoeur, apud Tiffenau, 1980, p. 13).

* * *

Uma última parada: na análise da questão de linguagem que motiva este trabalho – a questão das ações verbais feitas por personagens de narrativas escolares e sua designação por parte de um narrador –, propusemos entendê-la teoricamente como um “fenômeno de transmissão da palavra de outrem” (cf. Bakhtin, 1979, p. 128).

Ao buscarmos identificar o que estaria envolvido nessa transmissão, destacamos primeiramente o caráter de atos de fala (cf. Austin, 1990) de que, a nosso ver, a palavra de outrem se revestiria.

Em seguida, na medida em que na transmissão desses atos de fala se dá a explicitação do que Austin (p. 89) entende como sua força ilocucionária, nossa atenção se deslocou para as condições em que o narrador explicita os atos de fala das personagens. Vimos que tal explicitação, antes de mais nada, assume caráter de interpretação ou de avaliação que o narrador faz das ações verbais feitas pelas personagens; e vimos também que essa interpretação deve-se dar nos limites do que Bakhtin (1979, p. 128) propõe como um “contexto monológico coerente”, idéia que, a nosso ver, remete à construção estruturada e coerente de um texto por uma figura textual – em nosso caso, a figura do narrador.

Assim, destacamos que a interpretação que o narrador faz da “palavra de outrem” deve ser baseada não apenas na ligação, entre si, das ações verbais, mas também na ligação entre essas ações e todos os demais elementos de que se compõe a narrativa.

Mas destacamos, também, num segundo momento, que apenas a obediência ao que se poderia entender como uma dimensão mais estritamente estrutural do texto não basta para que se possam postular interpretações para os atos de fala das personagens.

Propusemos, então, que sejam observadas as próprias condições de enunciação ou, em outros termos, as condições de produção do texto narrativo. Observar tais condições pressupõe, segundo o que pensamos, termos em mente que: a) o texto remete a uma tradição de produzir textos – a de narrar – que funciona com regras próprias e de algum modo conhecidas por quem se propõe a narrar; e b) a prática de narrar e seu produto final, a narrativa, nutrem-se de outras fontes que não apenas a da tradição de narrar e que teriam mais diretamente a ver com o próprio vivido – de onde o produtor real do texto extrai não apenas os elementos através dos quais construirá a figura textual do narrador como também os elementos com base nos quais essa figura interpretará as ações verbais das personagens.

Encaminhamentos

Na introdução deste trabalho, dissemos que os verbos mais comumente usados para a interpretação dos atos de fala das personagens são os verbos "falar" e "dizer"¹¹.

A esse tipo de marca linguística que registra a utilização da linguagem parece estar associado o ponto de vista a partir do qual o narrador se situa na construção dos eventos da narrativa. Dado que se trata de narrativas escolares de crianças que frequentam a 5ª série do 1º grau – ocasião em que não se pode atribuir ainda às crianças domínio muito grande dos mecanismos formais de leitura e de escrita –, os fatos narrados e a própria perspectiva de narração enquadram-se na esfera de conhecimento mais amplamente construída pela linguagem coloquial.

Entendendo-se a narração como forma privilegiada por meio da qual se divulgam tanto as grandes aventuras humanas quanto as pequenas "aventuras" do cotidiano e destacando-se, na atividade de narrar, "o gosto de fazer as coisas parecerem vivas" (Veyne, 1983, p. 18), é facilmente compreensível que textos que narrem eventos do cotidiano, ou que reproduzam histórias populares muitas vezes conhecidas apenas através da tradição oral, aproximem sua linguagem daquela mais largamente empregada nas situações que esses textos vêm relatar, ou seja, as do cotidiano e as da tradição oral. Esse fato justificaria, portanto, entre outras coisas, a grande ocorrência dos verbos "falar" e "dizer" como "explicitadores" de atos em narrativas escritas por crianças.

Em se tratando de trabalho que se venha a fazer com textos dessa natureza, no sentido de ampliar o conhecimento de seus produtores acerca das especificidades da expressão oral e da expressão escrita, chamar a atenção para os diferentes mecanismos e possibilidades de explicitação de performativos será chamar a atenção para os diferentes recursos expressivos da linguagem bem como para as diferentes situações de utilização desses recursos. Como se trata da explicitação de atos em contexto narrativo, trabalhar, na produção escrita, com esses diferentes recursos expressivos da linguagem será de fato chamar a atenção do produtor de textos para os diferentes pontos de vista que o narrador pode assumir ao conduzir os acontecimentos que narra e, em última instância, para a própria extensão do que significa narrar.

Mas, além da interferência da oralidade na escrita, outra ordem de fatos não menos importante pode estar envolvida na grande parcela de interpretação de atos de fala através dos verbos "falar" e "dizer". Esses verbos são aqueles que, por excelência, remetem ao próprio ato de se usar a linguagem verbal. Parece que, em suas narrativas, as crianças (e mesmo os adultos) destacam na interpretação que o narrador faz das ações verbais de suas personagens apenas o fato de que estas últimas *falaram* ou *disseram* – entenda-se: expressaram-se por meio de palavras.

Essa generalização, em princípio, pode estar representando a opção por se destacar da ação apenas o fato de que é executada através da fala, generalização em

11. E, em menor escala, os verbos "perguntar" e "responder".

que ficaria patenteado o domínio informal e não a falta de domínio – como se poderia deduzir dessa suposta simplicidade – da noção da linguagem como ação. Pode ainda estar representando a não-relevância da explicitação de matizes significativos das ações verbais, na medida em que, segundo a ótica do narrador, a explicitação de tais matizes não contribuiria de modo decisivo para a condução da história. Além disso, o narrador poderia estar contando com a cumplicidade de seu leitor naquilo que Veyne (1983, p. 36) define como “uma vasta zona de não-exprimido, onde somente uma familiarização, que não se faça através de conceitos, permite evitar os passos falsos”.

Mas tal generalização, quando não representa um ato de vontade do produtor do texto atribuído a um narrador, pode estar denunciando que não são trabalhados com as crianças os matizes significativos ou as particularidades de sentido dos atos de fala que empregam em seus textos. Deve-se lembrar que, embora as crianças executem uma variedade muito grande de atos com palavras em seu dia-a-dia e embora transportem para seus textos escritos esses atos feitos com palavras, o domínio prático que têm dos usos espontâneos, por assim dizer, da linguagem não corresponde ao que se poderia entender como um domínio formal avaliativo, interpretativo do que elas fazem com as palavras, do que produzem ao enunciarem.

A generalização que se pode ver na tradução de qualquer ação verbal por “falar” ou “dizer” pode, pois, estar revelando que as crianças percebem que as palavras foram empregadas para realizarem ações, mas não percebem ou não têm recursos expressivos adequados para interpretar as particularidades de sentido com que foram realizadas tais ações.

Essa não-apreensão da especificidade dos fazeres parece estar indicando, entre outras coisas, que as crianças, ao produzirem textos narrativos, têm dificuldades na construção do narrador, no sentido de que caberá a essa figura textual construir e interpretar as relações que se põem entre as personagens e entre estas e os demais elementos que compõem a narrativa. Para se apreenderem e se interpretarem as ações verbais das personagens, é preciso, pois, que o produtor textual perceba o movimento dos elementos do texto que produz – além de que tenha, efetivamente, um domínio ativo do fato de que com palavras se fazem ações.

Não se deve deduzir, contudo, do que estamos dizendo sobre explicitações por meio dos verbos “falar” e “dizer”, nem que o narrador deva sempre interpretar as ações verbais das personagens nem, muito menos, que essas interpretações devam-se dar através de verbos que explicitem melhor do que “falar” e “dizer” os matizes ilocucionários de tais ações verbais. Apenas estamos querendo chamar a atenção para o fato de que o trabalho com os atos de fala pode propiciar ao produtor de textos maior compreensão sobre aquilo que faz ao produzir textos e, na medida em que produzir textos é pôr em funcionamento a linguagem, maior compreensão sobre os próprios mecanismos por intermédio dos quais a linguagem, de modo geral, é utilizada.

Portanto, o trabalho com atos de fala em narrativas e com sua explicitação pelo narrador, a nosso ver, é muito mais interessante como reflexão sobre produção e análise de textos do que como recurso lingüístico a ser obrigatoriamente utilizado na

produção de narrativas. Em outras palavras, estamos pensando fundamentalmente em prover o produtor de textos de instrumento que lhe possibilite, acima de tudo, refletir sobre sua própria produção, no sentido de que compreenda melhor os processos de caracterização das personagens, o papel do narrador e os demais mecanismos envolvidos na atividade de se contar uma história. Como refletir sobre a produção não significa necessariamente expor no produto criado o conteúdo da reflexão, a explicitação de atos com verbos diferentes de "falar" e "dizer", e mesmo a própria explicitação de atos, pode ser, no texto efetivamente produzido, perfeitamente dispensável. Porém, uma vez dispondo de uma gama variada de recursos de expressão, o produtor pode refletir sobre a pertinência ou não de se explicitarem atos e sobre qual tipo de recurso de explicitação deve, segundo seus propósitos, ser utilizado.

Diz Veyne (1983, p. 55) que "ter idéias significa também dispor de uma tópica, tomar consciência do que existe, explicitá-lo, conceituá-lo, arrancá-lo à mesmice (...). É deixar de ser inocente, e perceber que o que é poderia não ser". Fazendo uso de suas palavras no que diz respeito ao trabalho com narrativas, o exercício da explicitação (como já dissemos, não necessariamente no texto em si mas na atividade de reflexão sobre sua produção e análise) teria como função primordial a busca das particularidades que o conhecimento prático, calcado em noções espontâneas ou intuitivas, deixa de fora ao se basear apenas no que se afigura como evidente. Na medida em que "cada conceito que conquistamos refina e enriquece nossa percepção de mundo" (p. 30), o trabalho com a explicitação de atos em narrativas deveria, a nosso ver, assumir esse papel de "formador" de conceitos que toda atividade reflexiva pode propiciar.

Mas não se trata de negar a intuição nem sua força no processo de criação; trata-se, antes, de enriquecer essa intuição – ou tudo aquilo que permite a criação – através do auxílio de instrumentos conceituais. Tampouco se trata de aprisionar a subjetividade e a intuição a um exercício devotado da razão; trata-se de liberá-las para "vôos mais altos" mediante o conhecimento daquilo que, sob forma de evidência, pode limitar sua expansão.

Agradecimento

À Prof^a Dr^a Marilda do Couto Cavalcanti, do Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pelas contribuições.

JURADO FILHO, L. C. Narrative tradition and daily action in the explicitment of the speech acts in first-grade students' narratives. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 43-57, 1993.

- **ABSTRACT:** *In this article we discuss conditions in which speech acts are explicitated in the narratives of first-grade students (eleven-year-old). We also present some suggestions for the working with speech acts in narratives.*
- **KEYWORDS:** *Mother tongue teaching; applied linguistics; speech acts; narrative.*

Referências bibliográficas

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979. 182 p.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1989. 198 p.
- RICOEUR, P. Pour une théorie du discours narratif. In: TIFFENAU, D. *La narrativité*. Paris: CNRS, 1980. p. 5-68.
- TODOROV, T. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 209-54.
- VEYNE, P. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 56 p.

Bibliografia consultada

- AUERBACH, E. *Mimesis*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 507 p.
- CAVALCANTI, M. P. A propósito de lingüística aplicada. *Cadernos de lingüística aplicada* (UNICAMP), n. 7, p. 5-12, 1986.